

Vozes femininas na literatura: uma análise interseccional entre gênero, educação e expressão literária das mulheres indígenas no Brasil

Women's voices in literature: an intersectional analysis of gender, education and the literary expression of indigenous women in Brazil

Juliete Antônia Figueiredo da Mata¹

Karla Cunha Pádua¹

DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v26i55.1045>

Resumo: Este estudo analisa a interação entre gênero, educação e a produção literária de mulheres indígenas no Brasil, destacando o importante papel dessas vozes na preservação cultural e na promoção da diversidade nas instituições educacionais, com o objetivo de fortalecer a presença e o impacto da literatura produzida por mulheres indígenas no cenário educacional atual. Exploramos como suas narrativas não apenas desafiam estereótipos de gênero historicamente criados pelo colonialismo, mas também oferecem perspectivas únicas sobre a interseccionalidade entre identidade, cultura e feminismo. É importante incluir a literatura produzida por mulheres indígenas nos currículos escolares como um recurso pedagógico para desafiar preconceitos e incentivar o diálogo intercultural, uma forma de aumentar a compreensão dos estudantes através da narrativa de experiências dessas mulheres. Além disso, salientamos a relevância de reconhecer e apoiar a escrita das mulheres indígenas como parte integrante da retomada da herança cultural brasileira que nos foi negada no processo de colonização. Ao finalizar, este artigo tem como objetivo aprimorar a discussão sobre como a inclusão de vozes femininas indígenas na educação e na literatura pode ser um fator poderoso para promover mudanças culturais, enfatizando a relevância de reconhecer e celebrar as contribuições singulares dessas escritoras para o cenário literário e educacional.

Palavras-chave: gênero; educação; literatura indígena feminina.

Abstract: This study analyzes the interaction between gender, education and the literary production of indigenous women in Brazil, highlighting the important role of these voices in cultural preservation and the promotion

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

of diversity in educational institutions, with the aim of strengthening the presence and impact of literature produced by indigenous women in today's educational landscape. We explore how their narratives not only challenge gender stereotypes historically created by colonialism, but also offer unique perspectives on the intersectionality between identity, culture and feminism. It is important to include literature produced by indigenous women in school curricula as a pedagogical resource to challenge prejudices and encourage intercultural dialog, a way to increase students' understanding through the narrative of these women's experiences. In addition, we stress the importance of recognizing and supporting the writing of indigenous women as an integral part of reclaiming the Brazilian cultural heritage that was denied to us in the process of colonization. In conclusion, this article aims to enhance the discussion on how the inclusion of indigenous women's voices in education and literature can be a powerful factor in promoting cultural change, emphasizing the relevance of recognizing and celebrating the unique contributions of these writers to the literary and educational scene.

Keywords: gender; education; indigenous women's literature.

Resumen: Este estudio analiza la interacción entre el género, la educación y la producción literaria de las mujeres indígenas en Brasil, destacando el importante papel de estas voces en la preservación cultural y la promoción de la diversidad en las instituciones educativas, con el objetivo de fortalecer la presencia y el impacto de la literatura producida por mujeres indígenas en el panorama educativo actual. Exploramos cómo sus narrativas no sólo desafían los estereotipos de género históricamente creados por el colonialismo, sino que también ofrecen perspectivas únicas sobre la interseccionalidad entre identidad, cultura y feminismo. Es importante incluir la literatura producida por mujeres indígenas en los currículos escolares como un recurso pedagógico para desafiar los prejuicios y fomentar el diálogo intercultural, una forma de aumentar la comprensión de los estudiantes a través de la narración de las experiencias de estas mujeres. Además, destacamos la importancia de reconocer y apoyar la escritura de las mujeres indígenas como parte integrante de la recuperación del patrimonio cultural brasileño que nos fue negado en el proceso de colonización. En conclusión, este artículo pretende ampliar el debate sobre cómo la inclusión de las voces de las mujeres indígenas en la educación y la literatura puede ser un factor poderoso para promover el cambio cultural, haciendo hincapié en la relevancia de reconocer y celebrar las contribuciones únicas de estas escritoras a la escena literaria y educativa.

Palabras clave: género; educación; literatura de mujeres indígenas.

1 PALAVRAS INICIAIS

A diversidade cultural que compõe as origens da humanidade é, muitas vezes ignorada, mas, através da literatura, as vozes indígenas, especialmente as das mulheres, encontram um espaço de (re)existência e reivindicação de identidade. Este texto explora a conexão entre gênero, educação e o rico tecido de vozes produzido pelas mulheres indígenas do Brasil. Ao combinar perspectivas teóricas de Maria Lugones (2014a, 2014b), Rita Segato (2016), Avtar Brah (2006), Bárbara Flores Borum-Kren (2021, 2023), Eliane Potiguara (2018) e Graça Graúna (2013), buscamos compreender as nuances culturais, históricas e sociais que moldam e são moldadas por essas narrativas.

A literatura indígena, quando protagonizada por mulheres, transcende a simples expressão literária. Ela se transforma em um meio de resistência contra estereótipos, uma ferramenta de preservação cultural e de empoderamento. Ao mesmo tempo, a escola desempenha um papel fundamental na valorização dessas narrativas, promovendo um diálogo intercultural e uma educação mais inclusiva.

Vamos examinar como as narrativas de mulheres indígenas desafiam não apenas as representações tradicionais de gênero², mas também enfrentam as complexidades da colonialidade, migração forçada e violência de gênero. Iremos analisar a relevância de incluir essas escritas nos currículos escolares, reconhecendo a educação como um meio para a transformação cultural e social.

A educação tem um papel crucial nesse processo de transformação. A inclusão da literatura produzida por mulheres indígenas nos currículos escolares não apenas amplia a representatividade, mas também fomenta um ambiente educacional mais inclusivo e enriquecedor. O diálogo intercultural e a valorização da cultura indígena são fatores que contribuem para uma educação que valoriza a diversidade de perspectivas.

²Gênero refere-se às normas sociais, papéis, comportamentos e identidades atribuídos culturalmente aos indivíduos com base em sua percepção de masculinidade e feminilidade. No contexto das "representações tradicionais de gênero", geralmente se refere às expectativas e estereótipos historicamente construídos em torno dos papéis de gênero, como as funções atribuídas a homens e mulheres em uma determinada cultura ou sociedade. Essas representações tradicionais podem variar amplamente entre diferentes grupos sociais e ao longo do tempo, influenciando significativamente as dinâmicas de poder, relações interpessoais e oportunidades disponíveis para pessoas com base em sua identidade de gênero percebida.

2 AS TEIAS INVISÍVEIS: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, DESLOCAMENTO FORÇADO E (RE)EXISTÊNCIA DA MULHER INDÍGENA EM SEU PRÓPRIO CORPO-TERRITÓRIO

As lutas das mulheres indígenas transcendem fronteiras convencionais, abordando complexas interseções entre o corpo, o território e questões de gênero. Para essas mulheres, o corpo não se resume apenas a um meio físico, mas sim a um elemento indispensável para a sua identidade cultural, de forma intrínseca ligado ao lugar onde vivem. A relação profunda entre o corpo e o território é central para a compreensão das experiências narradas pelas mulheres indígenas. Suas práticas culturais, espirituais e de subsistência estão interligadas com a terra e seus recursos naturais. No entanto, a exploração e degradação do território não apenas comprometem a sustentabilidade ambiental, mas também impactam diretamente a saúde e o bem-estar das indígenas, afetando seus meios de subsistência e práticas.

A luta pela (re)existência, identidade e ancestralidade dos povos indígenas sobressaem às bandeiras levantadas pelo movimento feminista. As demandas dos povos indígenas estão diretamente ligadas à cosmologia³, e não, em primeiro lugar, às questões de gênero. As mulheres são, antes de qualquer outra coisa, indígenas, não se limitam aos marcadores dos debates da civilização europeia, embora dialogue, inevitavelmente, com eles em sua denúncia da opressão do patriarcado e o debate ambientalista. Para as mulheres indígenas, a luta começou antes de terem consciência de gênero, embora se reconheça a relevância do debate feminista, que teve origem na experiência de mulheres europeias brancas.

A recuperação e atualização do pensamento feminista, incorporando-se a ele reflexões do feminismo decolonial, negro, ecofeminismo e comunitário, as contribuições das mulheres negras e indígenas e dos conceitos do “Bem Viver” são necessidades que surgem da prática de resistência a um modelo de crescimento e desenvolvimento econômico insustentável, que está

³ A cosmologia para os povos indígenas, segundo Flores Borum-Kren (2023) refere-se ao conjunto de crenças, conhecimentos e práticas que orientam sua compreensão do universo, da natureza, das relações sociais e espirituais. Ela engloba mitos de criação, concepções sobre a origem e a interconexão de todas as formas de vida, a relação harmoniosa com o ambiente natural, a espiritualidade e a transmissão de saberes ancestrais. A cosmologia indígena é uma cosmovisão holística que integra aspectos materiais e espirituais, fundamentais para a identidade cultural, a preservação ambiental e a manutenção dos modos de vida tradicionais desses povos.

impactando fortemente as próprias bases da sobrevivência comunitária sadia e digna (Flores Borum-Kren, 2023, p. 62-63)

Segundo apontamentos de Bárbara Flores Borum-Kren (2023) a luta pela libertação dos corpos precisa estar integrada à causa ambientalista, pois “a luta da natureza não está separada da luta das mulheres e dos povos” (Borum-Kren, 2023, p.61). É perceptível que os mesmos mecanismos de opressão aplicados à Terra repercutem em mulheres e povos afastados do poder hegemônico, o que leva à conclusão de que a busca por um ambiente saudável não era suficiente diante do sistema que reproduz valores opressores contra mulheres e povos originários.

Nas diversas bandeiras levantadas pelos movimentos feministas, a agressão ao corpo da Grande Mulher, a Terra, raramente era tema de questionamento. Foi observado que, em diversas ocasiões, a busca pela liberdade de algumas mulheres ocorria ao custo da submissão e subjugação de outras.

O corpo indígena é político e ele não está separado do território. Então, quando nós lutamos pela demarcação de terras, estamos também lutando pela continuidade da nossa existência enquanto o corpo indígena daquele território. Quando o movimento das mulheres indígenas articula de forma mais sistemática os diálogos, fica evidente que nosso corpo também é um território de conhecimento, carregado de ancestralidade, carregado de uma educação indígena que traz essa diversidade e especificidade das ciências indígenas. Isso é pensado sempre de forma coletiva, pois uma indígena falar em sua língua, por exemplo, é dar continuidade ao conhecimento milenar das ancestrais (Baniwa *et al*, 2023, p .8).

Muitas comunidades indígenas enfrentam a violência de gênero, que é frequentemente ancorada em estereótipos culturais e preconceito, e é uma realidade enfrentada. Lutar contra essa violência é uma parte essencial de suas demandas, abrangendo não apenas a busca por justiça em suas comunidades, mas também a conscientização e ação em níveis mais amplos da sociedade que as cerca. As consequências das mudanças climáticas e a complexidade da interação com o ambiente e os elementos naturais, como a poluição das águas, solos e alimentos, o avanço da transgenia⁴ e a superexploração dos bens comuns, entre outros,

⁴ Transgenia refere-se à transferência de genes entre espécies distintas, uma prática da engenharia genética que pode gerar debates éticos e ambientais. A introdução de novas características em organismos por meio desse processo levanta questões sobre segurança alimentar, impactos no meio ambiente e propriedade intelectual, sendo temas relevantes para reflexão e discussão.

destacaram a importância de repensar a relação das mulheres e do feminismo com a natureza (Rodríguez, 2013).

Para Bárbara Flores Borum-Kren (2023) o conceito de corpo-território ressalta essa interconexão, mostrando como esses impactos ambientais afetam diretamente a saúde e o bem-estar das mulheres, especialmente em comunidades vulneráveis. A discussão sobre a transgenia e a segurança alimentar também evidencia os papéis fundamentais das mulheres na produção e no cuidado dos alimentos, enfatizando a importância de políticas e práticas ambientais que considerem a perspectiva do corpo-território e seus impactos na vida e nos direitos das mulheres.

Os recursos naturais são essenciais para a economia e a segurança alimentar, além de serem uma fonte vital de identidade espiritual, cultural e social. No contexto do corpo-território, é fundamental que o modo de vida indígena seja respeitado para garantir a qualidade de vida de cada comunidade. As indígenas desempenham um papel significativo nesse contexto, sendo responsáveis pela determinação dos alimentos consumidos nos lares e pela gestão dos produtos cultivados, contribuindo assim para a garantia da soberania alimentar.

Conforme Baniwa *et al.*, (2023), para assegurar a soberania alimentar dos povos indígenas, é crucial que seus direitos, especialmente em relação à terra e ao território, sejam respeitados e protegidos. Os recursos naturais são essenciais para a economia e a segurança alimentar, além de serem uma fonte vital de identidade espiritual, cultural e social. O fortalecimento das mulheres indígenas é essencial para valorizar o conhecimento tradicional, promover a autossuficiência, a sustentabilidade e a autonomia das comunidades, em harmonia com a natureza.

Além disso, as mulheres indígenas têm um papel crucial na preservação de conhecimentos culturais e tradicionais. A transmissão desses saberes está ligada à proteção do território e à busca pela sustentabilidade. A autonomia cultural e a revitalização de práticas tradicionais são, portanto, elementos fundamentais das demandas das mulheres indígenas, como a participação política ativa nos processos decisórios. Essa questão não se limita apenas às questões de gênero, mas também abrange os direitos territoriais e ambientais.

Os povos indígenas são expulsos de seus territórios ancestrais por meio de deslocamento forçado ou pressão socioeconômica. As mulheres indígenas sofrem,

muitas vezes, consequências desproporcionais por serem mais vulneráveis a formas específicas de violência de gênero, exploração e discriminação. Enfrentam dificuldades significativas no acesso a serviços essenciais como saúde, educação e emprego tanto nas comunidades quanto nos novos contextos nos quais estão inseridas, desempenhando papéis fundamentais em atividades de resistência cultural, social e política, mantendo viva a identidade indígena e enfrentando as adversidades impostas pela expulsão de suas terras. Ao abordar essas questões, é crucial considerar as vozes das mulheres indígenas, reconhecendo suas experiências e promovendo ações que fortaleçam suas identidades, direitos e bem-estar

Ao analisar a complexidade identitária por meio da interseccionalidade, Avtar Brah (2006) reconhece que as identidades são entrelaçadas e moldadas por diversas formas de opressão como a diáspora e o deslocamento cultural.

[...] o poder é constituído performativamente em práticas econômicas, políticas e culturais, e através delas. As subjetividades de dominantes e dominados são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam (Brah, 2006, p. 373).

A autora destaca a importância de criar espaços de resistência e diálogo para enriquecer a compreensão das dinâmicas culturais, sociais e históricas que moldam as experiências e formas de expressão.

Ao integrar essa perspectiva ao estudo da literatura indígena feminina, é importante notar como as mulheres indígenas experimentam gênero em conjunto com outras dimensões identitárias, como etnia, classe e sexualidade, além de terem enfrentado deslocamento cultural devido à colonização e à migração forçada, o que afeta suas narrativas literárias. No âmbito do gênero, etnia refere-se à identidade cultural e ancestralidade de um grupo, enquanto classe diz respeito à posição socioeconômica de uma pessoa na estrutura da sociedade, influenciando suas oportunidades e vivências. Por sua vez, a sexualidade abrange a orientação afetiva e sexual de um indivíduo. Esses aspectos são essenciais para compreender as interseções e complexidades das identidades individuais e coletivas, moldando as experiências vividas por mulheres e homens em diferentes contextos sociais e culturais (Lugones, 2014b). As mulheres indígenas, ao experimentarem o conceito de gênero, estão imersas em um contexto complexo que envolve outras dimensões identitárias, como etnia, classe e sexualidade, o que torna suas

vivências de gênero inseparáveis de suas identidades étnicas, sociais e sexuais. Além disso, elas enfrentam desafios decorrentes do deslocamento cultural causado pela colonização e pela expulsão de seus territórios de origem, resultando em perda de conexão com suas tradições culturais, conhecimentos ancestrais e modos de vida tradicionais. Esse deslocamento também impacta suas narrativas individuais e coletivas, moldando suas realidades sociais, políticas e culturais de maneiras únicas e interconectadas, enquanto lutam para preservar e reafirmar suas identidades e resistir às pressões assimilacionistas.

Ao integrar a análise da literatura indígena feminina, Brah (2006) examina como as estruturas coloniais influenciaram as vivências de gênero das indígenas. Ao mesmo tempo, fornece uma perspectiva para examinar como essas mulheres se mantêm e recriam suas identidades por meio da literatura, criando espaços alternativos, desafiando narrativas dominantes e incentivando diálogos interculturais e de gênero.

Eliane Potiguara é a primeira escritora indígena do Brasil, conhecida por seu ativismo, é fundadora do Grupo Mulher-Educação Indígena – GRUMIN⁵ tem como objetivo difundir informações para mulheres e homens indígenas, ajudando a desenvolver a criticidade e o empoderamento como instrumentos de luta por seus direitos. Ela também é conselheira do Movimento Plurinacional Wayrakuna, uma rede ancestral artístico-filosófica que tem como objetivo articular e retomar a ancestralidade indígena através do testemunho de (re)existência das mulheres indígenas. Para Potiguara (2018), a imposição de culturas dominantes é considerada uma forma de racismo, evidenciando a injustiça presente nesse ato. A imposição do Estado, assim como o paternalismo religioso, ainda que motivados por boas intenções, perpetuam desigualdades ao negar a independência cultural e a diversidade cultural.

O empobrecimento econômico de nossas vidas, o racismo, a intolerância, o desequilíbrio da nossa biodiversidade em todos os sentidos são fatores que provocam timidez, conformismo, baixa autoestima, sentimento de culpa, infelicidade, angústia, insatisfação constante e concessão ao dominador, além de cooptação política. Esse processo desestabiliza o contexto cultural e espiritual; enfim, a cosmovisão de cada um de nós, indígenas, negros ou demais pertencentes a segmentos oprimidos, o que

⁵ <https://grumin.blogspot.com/>

traz à tona um lamentável estado psicológico de angústia e insatisfação, prejudicando todos os aspectos das relações humanas (Potiguara, 2018, p. 90).

A escritora sustenta que é imprescindível cultivar o respeito pela espiritualidade, pelas tradições e rituais dos povos indígenas. Apesar da imposição cultural imposta pela colonização, essas comunidades não sucumbiram completamente aos valores impostos por terceiros. A resistência à imposição cultural é um exemplo da forte conexão que estabelece com suas crenças e práticas ancestrais. Reconhecer e valorizar essa independência cultural é essencial para preservar a diversidade e fomentar relações mais justas e respeitadas entre as diversas comunidades. O respeito às tradições e crenças indígenas não apenas reforça a identidade e as particularidades dessas comunidades, mas também contribui para uma compreensão mais aprofundada da riqueza cultural que beneficia a sociedade como um todo. A autora destaca como as mulheres indígenas, por meio de suas escritas, redefinem sua relação com o feminismo de uma maneira que respeita e integra as tradições culturais indígenas.

Maria Lugones (2014a) destaca a relevância de uma abordagem interseccional ao examinar questões de gênero. Ao aplicar essa lente ao contexto das mulheres indígenas, notamos como as experiências de gênero se relacionam com outras formas de opressão, como a colonização e o racismo. “Las mujeres colonizadas, no-blancas, fueron subordinadas y desprovistas de poder. El carácter heterosexual y patriarcal de las relaciones sociales puede ser percebido como opresivo al desenmascarar las presuposiciones de este marco analítico”. (Lugones, 2014a, p. 59). Colocando em evidência a crítica sobre a forma com que o feminismo das mulheres brancas e privilegiadas ignora ou minimiza outras questões além do gênero tais como raça, classe e sexualidade, excluindo todas as mulheres racializadas e empobrecidas. Destaca a importância do diálogo intercultural e da compreensão mútua entre diferentes perspectivas ressaltando o papel fundamental das mulheres na recriação de suas identidades.

También es parte de su historia, que en el occidente, solo las mujeres burguesas blancas han sido contadas como mujeres. Las hembras excluidas por y en esa descripción no eran solamente sus subordinadas sino también eran vistas y tratadas como animales, en un sentido más profundo que el de la identificación de las mujeres blancas con la naturaleza, con los niños, y con los animales pequeños (Lugones, 2014a p. 69).

O uso do corpo das mulheres indígenas e negras como objeto de valor para satisfazer a vontade sexual do colonizador resulta em hiperssexualização do corpo feminino, submissão de sua identidade e poder, sentimento de inferioridade por não estarem em conformidade com os padrões estabelecidos pelo ideário civilizatório, encontrando-se em um lugar em que não se sentem pertencentes a suas tradições e não conseguem se adaptar à nova realidade.

Sendo assim a literatura produzida por mulheres indígenas serve não apenas como uma expressão cultural, mas também como uma resistência à colonialidade, oferecendo epistemologias alternativas que desafiam os padrões hegemônicos que aliado à Lei nº 11.645 (Brasil, 2008), inclui no currículo oficial da educação básica discussões sobre a "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" que podem favorecer um ambiente educacional que não apenas valorize a literatura produzida por mulheres indígenas, mas também incentive o diálogo intercultural como uma ferramenta educacional para superar estereótipos e preconceitos mostrando as não são apenas sujeitos passivos de representação, mas agentes ativos na redefinição de suas narrativas e na construção de novos significados em torno de gênero, cultura e identidade.

Ao explorar em suas pesquisas as relações de poder e a violência de gênero como uma estrutura de poder que mantém desigualdades, Rita Segato (2016) investiga como a colonização se manifesta não apenas como uma conquista territorial, mas também como uma apropriação e controle dos corpos, especialmente os corpos das mulheres. A expressão patriarcal-colonial-modernidade exemplifica de forma adequada a propriedade do patriarcado como apropriador dos corpos das mulheres e desta faz a primeira colônia. Conquista que teria sido impossível se não houvesse a pré-existência de um patriarcado de baixa intensidade que torna os homens dominados vulneráveis ao mandato da masculinidade. Assim sendo, os indivíduos das nações derrotadas se depararam com duas opções: a lealdade ao seu povo e a imposição da masculinidade.

A perspectiva de María Lugones (2014a) levanta uma questão fundamental sobre como grupos historicamente oprimidos, como os indígenas e negros, que puderam, ao longo do tempo, reproduzir e até mesmo colaborar com a opressão das mulheres dentro de sistemas de poder e colonialismo. Isso é especialmente intrigante quando consideramos que muitas dessas sociedades não possuíam um

sistema de gênero rigidamente definido antes da chegada do colonialismo. A autora sugere que essa convivência pode ser entendida dentro de um contexto mais amplo de violência estrutural, onde as relações de poder são tão profundamente arraigadas que até mesmo os oprimidos podem se tornar agentes da opressão, muitas vezes sem sequer perceberem.

Por outro lado, Rita Segato (2016) oferece uma perspectiva diferente, argumentando que, embora existisse uma estrutura patriarcal em algumas dessas sociedades antes da colonização, ela era de baixa intensidade e estava longe de ser tão opressiva quanto se tornou sob o impacto do colonialismo. A autora destaca que o processo colonial reconfigurou profundamente essas estruturas de poder, intensificando a opressão de gênero e moldando-as de acordo com os interesses e valores coloniais.

Essas visões contrastantes destacam a complexidade das dinâmicas de poder, gênero e colonialismo nos contextos latino-americanos e africanos. Elas apontam para a necessidade de análises contextualizadas e sensíveis às nuances históricas e culturais dessas sociedades para compreender plenamente como as relações de poder e gênero se entrelaçam e se manifestam de maneiras específicas em diferentes contextos sociais e históricos.

Eliane Potiguara (2018) demonstra, em sua narrativa, que o processo de colonização não apenas trouxe mudanças na cultura, como também trouxe elementos negativos que, ao longo do tempo, deixaram marcas perceptíveis nas sociedades indígenas. Ademais, a menção à "neocolonização" indica que, apesar dos períodos históricos de colonização, ainda existem formas modernas de dominação e influência externa que afetam essas comunidades.

No contato com o colonizador, esse homem adquiriu os vícios dos estrangeiros. Hoje, os povos indígenas trazem marcas dessa colonização e da neocolonização também imposta, por isso precisamos reconstruir o gênero entre os povos indígenas e reconstruir nossas histórias (Potiguara, 2018, p. 99).

Isso significa um esforço consciente para restaurar práticas culturais autênticas, incentivar a igualdade de gênero e resistir às influências negativas impostas ao longo da história. A convocação para reconstruir as histórias indígenas reforça a necessidade de retomar o controle sobre as narrativas culturais, desafiando as

interpretações eurocêntricas impostas ao longo do tempo. Ao narrar e preservar suas próprias histórias, os povos nativos buscam preservar suas próprias identidades, resistir à assimilação cultural e manter a continuidade de suas tradições.

Uso y abuso del cuerpo del outro sin que este participe con intención o voluntad, la violación se dirige al aniquilamiento de la voluntad de la víctima, cuya reducción es justamente significada por la pérdida de control sobre el comportamiento de su cuerpo y el agenciamiento del mismo por la voluntad del agresor. La víctima es expropiada del control sobre su espacio-cuerpo (Segato, 2016, p. 60).

A subjugação e exploração dos corpos femininos são aspectos fundamentais do sistema patriarcal e colonial, onde a violência sexual e o comércio de corpos são estratégias de poder em que a interconexão entre o controle sobre o território e o controle sobre os corpos ataca a moralidade daquele que deveria ser capaz de protegê-lo e cuidá-lo é desafiada e destruída, deixando os povos originários em situação de exílio físico e epistemológico, com vergonha de sua história. Segundo a narrativa de Eliane Potiguara (2018, p. 29)

Famílias caladas pela pressão política, social e econômica ou por desconhecerem seus direitos ou, até mesmo, por vergonha. A vergonha é o resultado do estigma [...]. A vergonha se transforma em medo, medo da discriminação social e racial.

Causando uma desintegração cultural e espiritual desses indivíduos. Os Movimentos Indígenas têm um papel crucial na criação e na condução de uma literatura autêntica e poderosa, produzida por autores/as indígenas que buscam dar voz às suas experiências e desafios. Essas narrativas literárias ultrapassam as fronteiras culturais, proporcionando uma visão particular das batalhas por direitos e justiça enfrentadas pelas comunidades indígenas. Ao explorar suas identidades, relações com a terra e resistência cultural, os escritores/as indígenas têm contribuído significativamente para a criação de uma literatura que reflete a riqueza de suas heranças culturais e amplifica vozes historicamente silenciadas.

A literatura que surge a partir desse período tem um caráter político-pedagógico, a autonomia indígena para contar suas histórias e o domínio da língua portuguesa escrita e falada, são formas de exercer poder e se fazer entender. Com o protagonismo indígena, ele começa a reverter a ideia de ser selvagem criado pelo racismo colonialista. Reformular a história do Brasil através das escritoras

indígenas, dando-lhes o papel de protagonismo da própria história, mostrando sua visão e versão dos fatos é necessário para que possamos entender melhor a constituição da nossa sociedade.

A livre circulação de informações vinculadas por meio da internet, como em blogs e sites promove um contato mais próximo com o pensamento dos intelectuais indígenas, fortalecendo a cultura e aumentando a conscientização. Essas produções artísticas circulando promovem uma maior valorização e transformação do pensamento, já que as camadas da população que até então não se apropriavam desses espaços estimulam que cada vez mais pessoas que ocupem esse espaço.

3 DESCOLONIZANDO HISTÓRIAS: MULHERES INDÍGENAS ENTRETECENDO RESISTÊNCIA, COM FIOS DE EMPODERAMENTO

O corpo é um território de conflito, especialmente para as mulheres. Isso pode ser observado na literatura produzida pelas mulheres indígenas, pois suas narrativas abordam a relação entre seus corpos e as dinâmicas de poder culturais e coloniais, a narrativa de suas experiências se torna um meio de revitalização de suas tradições e histórias desafiando não apenas as estruturas de gênero, mas também as hierarquias étnicas, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das opressões que enfrentam.

Graça Graúna (2013) é escritora, professora e crítica literária, e é responsável pelo blog Tecido de Vozes⁶. É reconhecida por seu empenho em preservar as tradições culturais. Sua perspectiva enfatiza a importância da oralidade como uma forma de expressão literária e como uma ferramenta para a transmissão intergeracional das histórias e conhecimentos indígenas. Segundo a autora, a questão do lugar e identidade na literatura indígena está intimamente ligada ao deslocamento forçado, no qual a representação do espaço é simbolizada por uma natureza nutrida de corpos violados pela história colonial. Sua poesia versa sobre reapropriação de referências culturais das cosmovisões indígenas, intuição e o engajamento social. Ela revira a terra em busca de sua identidade. Seu trabalho é marco fundamental para a produção e crítica acerca da literatura indígena brasileira

⁶ Endereço do blog: <https://gracagrauna.com/>. Lá é possível encontrar artigos, entrevistas, podcasts, livros e reflexões sobre a cena cultural indígena.

Em Post-scriptum, Graça Graúna usa antíteses para nos falar sobre as dores provocadas pelo silenciamento como mecanismos de despersonalização causados pela invasão cultural, pelo descaso e como elas estão impregnadas em nós transitando no que constitui nossa identidade. Mas que é necessário assumir e entender essa dor para que consigamos entender quem somos.

Ora mesclado de luz
ora ignoto tormento
apesar dos estragos
habitas meu ser
no avesso do tempo
Se é rancor ou afeto
Que seja
Na súpula do meu coração
Os teus (des)andares.
Ardida é a voz do silêncio.
(Graúna, 1999, p. 32)

Ao se unirem em coletivos, as mulheres indígenas conseguem compartilhar experiências, enfrentar desafios comuns e fortalecer a sua voz dentro e fora de suas comunidades. Essas redes proporcionam um espaço seguro para a expressão de suas identidades culturais, permitindo que suas narrativas sejam contadas e compreendidas de maneira mais ampla, ao colaborarem em projetos educativos, artísticos e sociais, conseguem combater estereótipos, desmistificar preconceitos e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade cultural.

O coletivo Mulherio das Letras Indígenas⁷, reúne mais de cem escritoras indígenas cis, LGBTQIA+ e trans, de diversas etnias, do Brasil e do exterior que estão em processo de retomada de sua identidade indígena. Lutando contra a desinformação, o racismo e o machismo, ecoando suas vozes e memórias para desconstruir as histórias que as subjugaram ao longo do tempo. No ano de 2022 publicaram o *Álbum Biográfico Guerreiras da Ancestralidade* com biografias,

⁷ Instagram oficial do coletivo: @mulheriodasletrasindigenas, onde é possível baixar o ebook *Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas*, que reúne um pouco do trabalho dessas mulheres, assim como obter mais informações sobre as escritoras, suas ações em prol da difusão da cultura indígena e informações sobre a realidade dos povos nativos.

narrativas, poemas e textos em que emergem as experiências e vivências delas quanto as questões basilares do que é ser indígena e mulher. Vamos examinar as narrativas de algumas colaboradoras do grupo.

Quando rompo com essas práticas opressoras coloniais, até então presentes na minha vida, estou resistindo para reexistir. Estou assumindo minhas identidades preta e indígena, a partir de uma escuta pessoal, que está resultando numa desconstrução contínua de uma identidade colonizada, fruto de um apagamento cultural, que tornou invisíveis culturas ancestrais e originárias, praticando com isso um etnocídio cultural (Potiguara; Ratton, 2022, p. 80).

Cristina Tapuya Opará, narra um processo pessoal de (re)existência em relação às práticas opressoras coloniais que moldaram a sua identidade. Ao romper com essas práticas, há a recusa consciente em aceitar as influências negativas do passado colonial em sua vida. A resistência, no entanto, não é apenas uma negação do passado; é também uma busca incessante para reconhecer e reafirmar suas verdadeiras identidades: negra e indígena. A "escuta pessoal" é um processo introspectivo no qual se conecta consigo mesma, ouvindo suas próprias experiências e sentimentos, o que a leva a uma desconstrução constante da identidade colonizada que foi imposta. A resistência a esse etnocídio cultural implica, dessa forma, em um esforço para preservar, revitalizar e afirmar as culturas ancestrais e originárias, o que contribui para a construção de uma identidade mais autêntica e alinhada com as suas raízes culturais.

Potyra Terena é uma educadora que leva para o chão da escola suas vivências e o saber da sua comunidade indígena. Ela procura aproximar seus alunos por meio de seu olhar singular e atento a cada indivíduo, habilidade que ela herdou da própria etnia. A autora enfatiza a importância do reconhecimento e respeito pelas narrativas e vivências das mulheres que foram subjugadas e silenciadas, mas que agora erguem suas vozes dentro e fora das aldeias, representando seu povo e defendendo seu território.

Por muito tempo as mulheres tinham outras tarefas, pouco espaço para expor e falar das várias violências sofridas. Mulher é território que gera, que frutifica. Assim podemos registrar inicialmente muitos assuntos como forma de luta, principalmente pela demarcação de nossas terras que é essencial para nós, porque não existe território se não existir um povo. Somos território porque somos povo, mesmo não estando nas aldeias, porque origem não se apaga! (Potiguara; Ratton, 2022, p. 173)

A submissão violenta contra a mulher indígena foi intensificada com a chegada dos portugueses à terra que hoje chamamos Brasil. Hodiernamente, elas enfrentam as consequências de terem suas histórias, saberes e tradições usurpados pelos “homens brancos”. Beatriz Tuxá é um exemplo disso. Ela utiliza a palavra como sua ferramenta de luta, ela se apresenta como uma defensora comprometida na resistência contra o apagamento e o silenciamento dos saberes de sua comunidade.

Costumo dizer que minha essência navega pelas histórias de meus ancestrais, por essa razão, dedico parte de minha vida ao meu povo Tuxá Kiniopará. Acredito que como filha dessas terras, tenho o dever de lutar pela preservação, valorização e reconhecimento de nossa cultura, pois somos resistência e não podemos mais permitir que os nossos saberes sejam silenciados ou tão pouco apagados. Faço da palavra a minha ‘arma’ da alma, para resistir a dor de ver o meu povo perder suas terras para o invasor, seja ele, garimpeiro ou um bom moço disfarçado de doutor (Potiguara; Ratton, 2022. p. 58)

Adriana Pesca, da etnia Pataxó é professora de História. Suas pesquisas dizem respeito às inquietações sobre as pseudo-representações que o colonizador faz acerca das histórias e narrativas indígenas de forma racista e inferiorizada. É possível identificar em seu poema *O que é ser índio pra você?* O desejo de romper o olhar estereotipado sobre sua cultura. Desconstruindo a ideia de um povo arcaico sem desenvolvimento cultural e tecnológico, ou que já não existe mais como uma unidade. Afirma que as mulheres não aceitarão mais serem silenciadas, já que são as detentoras do cerne da ancestralidade indígena.

Se ser índio pra você
É uma história mal contada
Não se refira a mim como imagem cristalizada
Não me enquadre em seu desejo de me tornar invisível
Nem tente me definir por padrões desse seu nível (Potiguara; Ratton, 2022, p. 29)

A imposição da linguagem é a forma de poder que o dominador usa para se manter superior, apagando de maneira cruel a cultura e a identidade dos povos dominados. Toda língua é fruto de uma construção coletivo-social. A linguagem, de todos os instrumentos de controle social, é o mais complexo e sutil, não há possibilidade de considerar a linguagem um campo neutro. É na língua que as

identidades se desenham, sendo uma das mais recorrentes ferramentas de opressão: a negação da legitimidade cultural e simbólica do outro.

Danielle Gonzaga de Brito, da etnia Munduruku, é provocativa a esse respeito. A autora é uma das articuladoras do coletivo Mulherio das Letras Indígenas, membro do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas, carrega o orgulho de seus traços indígenas. Fala sobre o medo, violência e a pressão econômica e social, oriundos da colonização. Sobre a língua deixa claro que “[...] utilizo essa língua, essa língua que nunca foi minha, embora se diga materna, para falar com você, pois fui sequestrada da possibilidade de falar Munduruku” (Potiguara; Ratton, 2022, p. 83). Mostrando que o discurso é lugar de contato entre língua e ideologia criando um jogo de sentidos que a imposição cultural imposta tentou abafar e invalidar.

Em *Manifesto de (Re)existência*, a autora versa sobre a violência física e psicológica sofrida pelos povos nativos pela imposição da língua portuguesa, religiosidade, abuso sexual, escravização e migração para tentar sobreviver. Como podemos ver no trecho: “Há sangue em minha língua, sequestrada por teu português /Há sangue em meu peito, pelo peso da tua cruz /Há sangue escorrendo em minhas pernas, por cada ‘adestramento’ seu” (Potiguara; Ratton, 2022, p. 84).

Fala ainda sobre a narrativa que tenta negar o genocídio que dizimou várias etnias ao longo do processo de colonização, assim como tentou ao longo dos séculos convencer através do discurso principalmente presente nas obras ufanistas do Romantismo que a dominação aconteceu sem resistência. “[...] nega o passado de massacre e violência contra meu Povo, afirmando em teu pequeno lugar de Poder que não houve resistência, e que meu Povo preferiu se render” (Potiguara; Ratton, 2022, p. 84).

Quando a autora se refere ao sangue em toda parte ela não se atém apenas ao sentido literal da palavra, além de denunciar o genocídio indígena, tanto em guerras travadas por território, quanto envenenamento do solo e da água devido a ganância por dinheiro dos garimpeiros e desmatamento causado pelos madeireiros, ela também se refere a tentativa de dizimação da cultura indígena através da aculturação imposta para a sobrevivência de várias etnias. “Há sangue em toda parte E tua voz, já quase silenciada por minha existência colorida e anunciada, nega o sangue contínuo em tuas mãos, pois olha para o

lugar errado, mesmo teus livros e tuas teorias apontando o contrário” (Potiguara; Ratton, 2022, p. 84).

Crítica ainda o olhar racista e impiedoso de quem tenta menosprezar a luta indígena pelo direito a existência e manutenção de suas culturas, as lutas territoriais e filosóficas mostrando que mesmo ao tentar conter o avanço dessa retomada já não é mais possível. “Pare de olhar para a minha ferida que tu criaste e olha para minha linguagem que TRANSbordou em TRANSlinguagem na TRANSculturação de uma nação que resistiu, resiste e resistirá” (Potiguara; Ratton, 2022, p. 84). Mas vê uma luz no fim do túnel quando percebe que mesmo com várias tentativas de lutas travadas pela imposição cultural do colonizador a cultura indígena resistiu e se recria a cada dia com mais força. “Pois não é a ferida que agora sangra, mas as palavras que se ressignificaram em ação” (Potiguara; Ratton, 2022, p.84).

O poema "*Decompor para compor*" expressa uma visão crítica sobre as guerras e os valores violentos espalhados pelos homens. A autora, Maria Eduarda Marinho Freire de Andrade, descendente do povo indígena Tapuya demonstra a recusa em participar de jogos desiguais e uma desconfiança na democracia colonial, percebida como uma forma de subjugar pessoas não brancas. O verso "É preciso decompor para compor" destaca a importância de questionar e desmontar estruturas existentes, com o objetivo de criar uma sociedade mais justa e pacífica.

Eu não quero entrar nesse jogo.
Eu não quero ser submissa neste jogo desigual onde apenas você pode ganhar.
Democracia colonial é mais uma forma de docilizar nossos corpos não brancos.
É preciso decompor para compor (Potiguara; Ratton, 2022, p. 151).

A literatura indígena, quando centrada nas vozes femininas, emerge como uma poderosa ferramenta de resistência e recriação de identidades. Essas narrativas desafiam não apenas estereótipos de gênero, mas também confrontam a colonialidade, os deslocamentos forçados e outras formas de opressão. Ao reconhecer o papel fundamental das mulheres indígenas na redefinição de suas histórias, a literatura se torna um espaço de empoderamento e afirmação.

Precisamos desnaturalizar os currículos para inserir a lógica do colonizado. Mecanismos estatais/ sociais e religiosos são resistentes a tal mudança, pois a

tentativa de subverter a hierarquia do poder dando espaço aos que foram colocados à margem pela sociedade brasileira desde sua criação mexe com as estruturas do poder vigente. Trazer à tona as narrativas culturais produzidas pelas populações indígenas gera uma mudança nos currículos que se tornam um dos territórios de enfrentamento e de disputa entre grupos hegemônicos e grupos subalternos, pois, ao descolonizar o conhecimento, os currículos escolares também serão descolonizados, o que permitirá que o ambiente escolar seja muito mais plural e democrático a partir das diversas leituras de mundo.

É inegável a contribuição dessas mulheres para entender os meandros dos caminhos que constituem a formação do nosso país, os discursos que deixaram implícitos os valores sociais do que consideramos por muitos séculos como válidos e que não os percebíamos excludentes e preconceituosos. Escutá-las é nos permitir ouvir o outro lado da história e rever nossos conceitos. É preciso dar espaço às suas narrativas, uma das formas de fazer isso, é colocar em prática o que a Lei nº 11.645/2008 impõe, sendo uma das formas analisar obras dos indígenas, especialmente das mulheres, em sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, as lutas das mulheres indígenas são uma tapeçaria complexa de desafios e aspirações, onde a identidade étnica, os direitos territoriais e a preservação cultural se entrelaçam e se juntam as questões de gênero. Abordar esses assuntos requer não apenas sensibilidade, mas também um compromisso duradouro com a justiça social e a igualdade, reconhecendo e valorizando as contribuições singulares das mulheres indígenas para o tecido diversificado de nossa sociedade.

Tanto Eliane Potiguara quanto Graça Graúna ressaltam a educação como uma ferramenta de empoderamento. Dessa forma, a literatura indígena produzida por mulheres pode ser considerada como uma extensão dessa educação, desafiando estereótipos, estimulando a autoestima e empoderando as gerações futuras. A intenção das autoras é resgatar a história e a identidade indígenas. Isso pode ser explorado na literatura, mostrando como as mulheres indígenas, através de suas narrativas, têm um papel crucial na preservação da memória histórica e na afirmação de suas identidades culturais.

Na discussão sobre gênero, educação e literatura indígena feminina, foi possível notar um intrincado entrelaçamento de experiências, desafios e conquistas que moldam as vidas das mulheres indígenas. Ao examinar as narrativas literárias dessas mulheres, emergem narrativas poderosas que transcendem, transformando-se em uma forma de resistência cultural e de reafirmação identitária.

A análise cuidadosa dessas narrativas revelou como as mulheres indígenas, por meio de suas escritas, não apenas desconstróem estereótipos de gênero, mas também enfrentam as complexas camadas da colonialidade, ao deslocamento forçado e violência de gênero. As obras literárias tornam-se testemunhos vivos das experiências multifacetadas dessas mulheres, oferecendo um olhar profundo sobre as lutas e conquistas que permeiam suas vidas.

Ao examinar a inclusão da literatura indígena feminina nos currículos escolares, ficou evidente a relevância da educação como um agente de mudança cultural. Essa prática não apenas aumenta a representação, mas também promove um ambiente educacional mais inclusivo, onde a diversidade de perspectivas é valorizada e celebrada.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Braulina; KAINGANG, Joziléia; MANDULÃO, Giovana; SCHWINGEL, Kassiane (Org.). *Mulheres: corpos-territórios indígenas em resistência!* Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia; Conselho da missão entre povos indígenas, 2023.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Rio de Janeiro, n. 26, p.329-376, 2006.

BRASIL. *Lei n. 11.645/08*, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

FLORES BORUM-KREN, Bárbara. O que os feminismos e o ambientalismo podem aprender com as lutas de indígenas mulheres e o bem viver? *In*: LOPES KAYAPÓ, Aline Ngrenhatabare Kaxiriana; LIMA-PAYAYÁ, Jamile as Silva; SCHUBERT-TUPINAMBÁ, Alerte M. Pinheiro (Org.). *Wayrakuna: polinizando a vida e semeando o bem viver*. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2023. [E-book].

FLORES BORUM-KREN, Bárbara. *Mulheres e povos rumo ao bem viver: por um ecofeminismo comunitário*. [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

GRAÚNA, Graça. *Canto Mestizo*. Maricá: Blocos, 1999.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: MIÑOSO, Yulderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014a. p.57-74.

LUGONES, María. Debate Colonialidade do Gênero e feminismos decoloniais – Rumo a um feminismo decolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2014b.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. 3. ed. Rio de Janeiro: Grumin, 2018.

POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa (Org.). *Álbum biográfico Guerreiras da ancestralidade: mulherio das Letras Indígenas*. Guarujá: Amare, 2022.

RODRIGUEZ, Graciela. Eco-feminismo – Superando a dicotomia Natureza/Cultura. In: RODRIGUEZ, Graciela (Coord.). *As Mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate*. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2013.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

Sobre as autoras:

Juliete Antônia Figueiredo da Mata: Mestre em Educação e Formação Humana pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Faculdade de Educação (FaE/CBH). Professora de Língua Portuguesa na Educação Básica no estado de Minas Gerais. **E-mail:** damatajuliete0@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9016-1980>

Karla Cunha Pádua: Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). **E-mail:** karla.padua@uemg.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0421-9897>

Recebido em: 06/04/2024

Aprovado para publicação em: 15/12/2025